

ROMA E O IMPÉRIO: ESTRUTURAS DE PODER E COLAPSO DE UM IMPÉRIO ANTIGO.

Conteúdo cedido, organizado e editado pelos profs. Rodrigo Teixeira e Rafael Ávila

O império é definido por Mendes como “um *tipo de organização relacional*, formal ou informal em que um Estado controla a soberania política efetiva de outra sociedade, podendo ser alcançado pela força, pela colaboração política, por dependência econômica, social ou cultural” (p.27).

MAPA DO IMPÉRIO ROMANO

ÉPOCA APROXIMADA DO NASCIMENTO DE JESUS CRISTO



MAPA DO SACRO IMPÉRIO ROMANO



Não se deve pensar que o imperialismo é um simples ato de acumulação e aquisição de riqueza.

O imperialismo deve ser entendido como um conjunto de códigos de identificação, de referência e distinção geográfica, de controle, de autoridade, de dependência, de vantagem, de desvantagem, cujos objetivos são os de sustentar, de elaborar e de consolidar a prática imperial.

Características fundamentais apresentadas pelo antropólogo T. Bartfield como definidoras de um império:

- “1. existência de um sistema administrativo para explorar a diversidade, seja econômica, política, religiosa ou étnica;
2. estabelecimento de transporte destinado a servir ao centro imperial militar e economicamente;
3. estabelecimento de um sistema de comunicação que permita administrar diretamente do centro todas as áreas submetidas;
4. manutenção do monopólio de força dentro do território imperial e sua projeção diante das regiões externas;

5. construção de um ‘projeto imperial’ que impõe certa unidade através do império” (p.29).

A expansão romana foi um fenômeno de longa duração, com ritmos de intensidade variada, que se estendeu desde o século V a.C. até o século II d.C., com as campanhas militares de Trajano.

Essa expansão não foi, no entender de Mendes, planejado. Essa expansão manifestou-se através do estabelecimento de uma relação de poder obtida, inicialmente, por meio de alianças razoavelmente igualitárias, protetorados, formação de zonas de influência até a submissão total pela guerra do adversário e anexação de seu território.

As transformações socioeconômicas e político-militares possibilitaram o desenvolvimento de um “sistema de economia imperial”, a incompatibilidade entre um governo republicano e o aparato administrativo centralizado no Senado, nos magistrados e nas assembleias, e a passagem da condição de Roma de cidade-Estado para uma cosmópolis levou à falência das instituições republicanas.

O termo Imperium Romanum passa a ser sinônimo de urbs, civitas e res publica, e, conforme afirma Richardson (1991), “foi por meio do exercício do Imperium sobre todo o mundo romano que a monarquia retornou a Roma” (p.29). O seu funcionamento estava baseado na ideia de “contrato social”, um pacto, uma concórdia entre as ordens e o princeps.

Não existiu uma clara demarcação entre a era republicana e a imperial. A história republicana foi unida ao principado, uma vez que o republicanismo havia se esgotado como força política e institucional.

Roma passou a ser representada pelo princeps, cujo papel era o de perceber, crer, avaliar, agir e desenvolver um código de categorias destinado a orientar o desenvolvimento das relações de poder, as quais envolviam todos os planos do social, econômico e político.

Mendes recorreu ao modelo centro e periferia de I. Wallerstein em busca de uma conceituação para a dinâmica da dependência existente na experiência imperialista romana.

Esse modelo defende a formação de um sistema mundial, que estabelece um equilíbrio entre forças externas em termos globais, que não pode afastar a percepção consciente dos atores locais e a política de apropriação e controle que gera identidades constituídas historicamente.

A lógica do conceito centro/periferia se encontra no processo de acumulação como fundamental para a generalização de desigualdade sociais, a qual apresenta um caráter expansionista para a obtenção de recursos humanos e materiais, busca de mercados para a troca e obtenção de produtos e do controle de corredores das interações comerciais e culturais inter-regionais.

É importante destacar que o processo de acumulação (estatal ou privado) é a força motriz para a formação dos ciclos hegemônicos e para a ordem dentro do mundo. É uma configuração que liga as sociedades ou os respectivos processos de gerenciamento de excedente, as estruturas de exploração e opressão por classe ou gênero, as instituições do Estado e a economia.

Esse raciocínio lógico modelar aplicado às variáveis romanas nos permite entender as etapas da expansão romana. Essa dinâmica de ampliação territorial de soberania romana se baseia na ideia da existência de relacionamento entre várias entidades regionais para a mobilização de recursos controlados por uma área centralizada, sendo a interação regional baseada na concepção de interdependência.

A integração é composta por uma variedade de relações materiais e humanas, no qual a periferia serve ao centro geopolítico para assegurar seu funcionamento e manutenção através de uma rede de “trocas” e alianças políticas articulando os interesses das elites do centro e o das elites locais.

É importante destacar que essa rede servia mais para o controle de pessoas do que para a intervenção direta de tecnologias e intercâmbio de mercadorias.

A economia em Roma não se tendeu para a formação de uma economia imperial centralizada, e sim houve uma integração entre os distintos sistemas econômicos regionais, possibilitando o desenvolvimento das potencialidades locais e a criação de um sistema de mercados interdependentes formado, principalmente, pelos grandes centros: Roma, Cartago, Gádis, Alexandria, Antióquia, Éfeso.

Mendes conceituou o império romano como uma entidade política centralizada, fundamentada numa estrutura celular e concêntrica, cujo poder hegemônico era exercido através de relações de troca de poder e riqueza entre o centro, áreas integradas, semiperiferias e periferias, sendo que foi criada e reproduzida historicamente numa dinâmica de explorações.

Mendes divide essa exploração em três momentos:

1. A primeira fase está relacionada com as etapas da expansão romana durante o auge do período republicano, relacionada principalmente com a consolidação do domínio sobre a Itália e o crescimento das possessões romanas, após a Segunda Guerra Púnica.

2. A segunda se relaciona com o alargamento da soberania romana pelas terras banhadas pelo Mar Mediterrâneo oriental e ocidental. Essa expansão tornou-se fundamental para a formação e reprodução da elite cêntrica e de seu sistema econômico-financeiro baseado nas guerras de conquistas que traziam riquezas e escravos.
3. A terceira fase é o estabelecimento do principado, momento marcado por uma nova definição política, temporal e espacial de Roma, implicando em um novo relacionando entre Urbs e o orbis terrarum.

O principado representou o início de um sistema de domínio marcado pelo militarismo, pela centralização imperial evidenciada pela intervenção imperial na elaboração da Direito, na interpretação da lei e na administração da justiça.

O caráter essencial da monarquia em Roma e do imperialismo foi determinado pela transformação das instituições militares.

No final do período republicano, eram os generais que recrutavam e sustentavam o exército. Os imperadores romanos sistematizaram e regularam essas práticas e tornaram-nos chefes absolutos do exército, procurando assegurar a disciplina, o abastecimento, o soldo. O exército passou a depender exclusivamente do Estado, e, por conseguinte, do imperador.

Esse exército era permanente e profissional. Composto pela população de todo o império, integrando todos os cidadãos da Itália e das províncias e aquelas que não tinha cidadania romana.

A política externa de Augusto consistia no estabelecimento do limes da Britânica, dos rios Reno e Danúbio, do Oriente e no norte da África.

No principado, as decisões em relação à guerra e à paz eram tomadas pelos imperadores.

A guerra dependia de uma variedade de questões, as quais envolviam a diplomacia, acordos firmados, revoltos, segurança, obtenção segura de recursos que pudessem ser canalizados para o imperador e para os soldados.

Os imperadores romanos tinham consciência do custo marginal da ação cujo desenvolvimento da complexidade social era suficiente para justificar o custo da conquista e tornar possível a missão civilizadora de Roma.

O principado deu início a uma política sistemática de exploração e organização das regiões conquistadas, pondo fim ao amadorismo administrativo civil e militar existente durante o governo republicano.

Os territórios conquistados eram considerados como áreas legítimas de exploração, sendo definidas como terras públicas romanas.

Capítulo 3: Roma e o império: Estruturas de poder e colapso de um império antigo.

A base financeira imperial dependia da absorção dos recursos provinciais através da requisição e sob forma de impostos sobre a produção da terra e a extração mineral, ou, ainda, através da compra compulsória por um preço fixo abaixo do valor do mercado.

Por isso era preciso um conhecimento detalhado do império romano. Criou-se então uma geografia política, representada pela obra *Cosmographia* de Estrabão, que foi complementada pela elaboração do primeiro mapa global do mundo, conhecido por *Ágripa*, entre os anos 2 e 10 d. C.

Esse mapa apresentou a totalidade do orbis terrarum dividido em 24 regiões e não apenas o orbis Romanus e sua províncias.

O imperador Otávio Augusto criou um sistema de taxa uniforme e racional: o censo provincial.

Esse censo possibilitou uma estimativa global sobre os recursos humanos e materiais do império.

Havia duas taxas principais: o *tributum soli* e *tributum capitis*.

1. *Tributum soli*: baseava-se no valor estimado do tipo de terra declarada.
2. *Tributum capitis*: abrangia os não-cidadãos romanos considerados adultos entre 12 ou 14 anos até os 65 anos. Esse tipo de imposto se baseava no valor estimado da propriedade e não no seu rendimento.

O sistema administrativo romano mostrou-se eficiente ao longo do Alto Império, apesar do pequeno número de funcionários imperiais nas províncias fora da Itália.

Pelos cálculos de K. Kopkins (1980), “no século II, para governar uma população estimada em 50-60 milhões, havia por volta de 150 administradores (...), logo, uma proporção de 1 funcionário para 350 mil a 400 mil pessoas” (p.33).

A capacidade de arrecadação de impostos dentro do sistema era baixo se considerarmos os parâmetros econômicos, demográficos e tecnológicos da sociedade romana.

Isso gerava problemas relacionados com a autonomia local, pois o governo central incumbia os membros dos conselhos da cidade (decurines) da elaboração do censo, da estimativa de pagamento e da coleta de impostos. Isso possibilitava ao governo romano o recebimento adiantado das taxas e o prevenia dos riscos causados pelas más colheitas.

No período de 200 a.C. a 200 d.C, registrou-se o crescimento da economia romana, o qual é explicado de forma convincente pelo raciocínio lógico dedutivo do modelo elaborado por K. Kopkins.

Esse modelo, com base nos achados arqueológicos, tem como objetivo identificar as principais forças que possibilitaram o desenvolvimento econômico e as trocas comerciais, explorando as implicações lógicas da interação de diferentes variáveis econômicas.

Roma agiu como um centro acelerador, implicando a velocidade da economia do Mediterrâneo. Isso encorajou o desenvolvimento de uma rede de relacionamento inter-regional, integrada por cidades-satélites ao redor de Roma.

A combinação entre uma economia agromercantil de base escravocrata e outra de subsistência para o comércio local ou autoconsumo foi a verdadeira característica dominante da economia imperial.

Os argumentos de K. Hopkins de forma cumulativa confirmam os postulados básicos do modelo de centro/periferia no que diz respeito à escala de integração econômica, social e política que possibilitou a sustentação e reprodução do império e favoreceu o desenvolvimento das áreas conquistadas, possibilitando o desenvolvimento das potencialidades locais e criando “experiências divergentes” (isso significa que essas experiências são seculares e históricas, acessíveis à análise e interpretação) em toda a extensão do império romano.

Os romanos concebiam o seu império composto por dois espaços fundamentados: a urbs e o orbis terrarum.

De acordo com Estrabão, a urbs terrarum imperium tinha duas partes: território organizado e submetido à lei civil romana e as externa e gentes, cujas terras não estavam anexadas, mas reconheciam a superioridade romana e estavam submetidas às relações de patrocinium.

- Os romanos viam os “outros” como seres inferiores, sem implicações de desprezo racial. Essa separação servia para a elaboração do sistema de representações da cultura imperial, a qual define ordem social, política e econômica dominante, que deveria ser estendida e assumida por todas as sociedades existentes, e caminham pari passu com investimento em uma iconografia de humilhação e rebaixamento das externa e gentes das quais nos dá notícias Estrabão.

Essa concepção do mundo romano em relação aos “outros”, se mantém durante o Baixo Império, momento de desagregação do sistema de domínio Imperial.

Essa concepção advém da ideia de desenvolvimento, progresso, conquista de povos, hegemonia, formas de governo, processos de identificação, definindo os ideais de pertença e exclusão, que definiam o projeto imperial romano e nortearam a construção da infraestrutura administrativa imperial romana.

A edificação dos eixos viários nas regiões que compunham o império romano foi assentada inicialmente para fins estratégico-militares. Esses eixos serviam de suporte para funções administrativas, favorecia o escoamento da riqueza das regiões imperial para o centro, possibilitando o desenvolvimento do comércio local e regional.

A territorialização do espaço, à maneira dos romanos e a construção da paisagem imperial significaram a organização e criação no espaço de lugares delimitadores, os quais simbolizavam o poder de uma entidade política, administrativa e judiciária, ou seja, uma forma de apropriação, intervenção e ordenação do espaço que se fundamentava nas relações de dominação e de autoridade em uma determinada temporalidade dos romanos.

Mendes revela que o projeto de pesquisa em realização, intitulado “As estratégias de intervenção no espaço e a construção da passagem imperial no sul da Lusitânia”, tem demonstrado que a criação das civitates representou um grande impacto na forma como as populações nativas passaram a perceber e pensar sobre o mundo ao seu redor.

A análise da cultura textual e de cultura material demonstra que a intervenção no território interagiu com as condições do meio ambiente e o grau de complexidade da comunidade nativa anterior à política de ordenamento territorial empreendida pelo imperador Otavio Augusto.

Dessa forma, tiveram início os processos de mudanças socioeconômicas, políticas e culturais multifacetadas em termos de significados e mecanismos, gerados pelo relacionamento entre os considerados padrões culturais romanos e a diversidade cultural provincial.

Tais constatações podem ser generalizadas para as províncias ocidentais, pois a prioridade era consolidar a conquista, subordinar os povos e criar a ordem, introduzindo-os na “ética civilizatória”, enquanto, no Oriente, Roma pretendia restaurar a antiga ordem.

Roma fez modificações no modelo grego de cidade-Estado. Essas modificações foram fruto da necessidade de acomodar realidades heterogêneas tanto históricas como culturais, as quais implicaram na criação de novas cidades pela:

1. integração de centros pré-urbanos,
2. comunidades tribais e
3. manutenção das cidades já existentes.

A segunda adaptação diz respeito as cidades: essas ficaram proibidas de gerenciar questões de política externa, porém mantinham a sua autonomia político-administrativa interna e podiam fazer uso das suas próprias leis.

A colônia romana era uma fundação nova. Era formada por imigrantes e veteranos do exército e reproduzia o modelo de cidade própria do mundo romano. Seus habitantes tinham a cidadania romana completa e sua administração reproduzia as bases da organização institucional romana: senado local (comitia), dois magistrados superiores colegiados (dummviri) e os correspondentes colégios sacerdotais (pontífices e flâmines).

O *municipium civium romanorum* e o *municipium latinum* eram cidades indígenas que recebiam o *ius civitatis romanae* (cidadania romana completa) ou o *ius latii* (cidadania romana incompleta). Dentre os seus habitantes é registrado também a presença de imigrantes. Distinguiam-se das colônias porque mantinham suas leis e costumes tradicionais e tinham também maior autonomia do que as colônias perante o governo provincial.

Os *oppida stipendiaria* eram *civitates* regidas pelas suas leis nativas. Os seus habitantes não tinham direitos civis, políticos nem fiscais e estavam sujeitos a uma tributação.

A transformação de um núcleo urbano nativo em *civitas* e depois, dependendo da sua posição perante Roma, poderia ser elevado à categoria de *municipium civium romanorum* ou *latinum*, que significava a concessão da cidadania àqueles que detinham as magistraturas locais.

A *civitas* e a *re publica* eram concepções interligadas na mentalidade dos romanos. A cidade reunia os fundamentos da moral, da administração e da vida jurídica, e possibilitou aos romanos construir um império. Ademais foi uma modalidade específica de exploração dos recursos econômicos.

A sociedade romana era marcada pelas relações de *tipo patronal* perpetuando a verticalização social. Isso favorecia a formação de redes de relações pessoais entre as elites cêntricas e locais.

As práticas socioculturais que definiam a cidadania romana e o conjunto dos marcos espaciais urbanos que integravam a *civitas* correspondiam ao conjunto plural de significados compartilhados que englobavam o “*ethos* civilizatório”, imprescindível para tornar-se romano.

Mendes diz haver uma clara vinculação entre os limites geográficos do império e daqueles considerados como civilização, tratando nada mais do que uma conexão entre o poder e a cultura.

Escritos sobre Roma, como o de Élio Aristides, exaltavam a grandiosidade do império, a excelência de sua administração, o poder absoluto do imperador e posição cosmopolita de Roma, associando essa época a uma idade de ouro, estabelecida por Roma, uma nova ordem mundial, fundamentada na união de categorias jurídicas e valores éticos universais.

Foi esse o sentido da *pax romana*: fim das guerras civis do final da república, união do povo romano e existência de condições para assegurar e difundir a *humanitas* diante da “grande ameaça”: o *barbaticum*.

Mas se deve considerar que a *pax romana*, como a *pax* americana e a britânica, também significou guerras violentas, provocou distúrbios e a perda da liberdade de comunidades nativas.

A *pax romana*, segundo Mendes, foi uma construção ideológica para legitimar o império dos romanos e o poder dos imperadores. A *pax* foi criada pelo *imperium* e para justificá-lo.

Por volta do século III d.C., o império começa a perder a sua forma unitária e “mundial”, entrando num processo de colapso, o qual significou para sempre o desligamento das duas partes que o compunham: Ocidente e Oriente.

Mendes diz que a historiografia foi durante muito tempo marcada por um preconceito recorrente contra esse período, tido como um momento de declínio, queda, ruína ou esgotamento. É preciso afastar essa ideia e olhar o Baixo Império como um momento possuidor de sua própria identidade e singularidade.

O Baixo império se caracterizou por uma dinâmica sistêmica extremamente instável, como nos provam a intensidade, a violência e a persistência dos conflitos sociopolíticos.

Pode-se considerar o Baixo Império como um momento de “crise aguda” do sistema político, diante da ambivalência das exigências de auto regulação, das escassas alternativas de regulação e da perda significativa de identidades e valores responsáveis pelas bases de estabilidade do sistema social e, por conseguinte, da queda do nível estabelecido de complexidade social.

Os principais agentes desse processo foram:

- 1. As mudanças nos parâmetros externos dos sistema imperial;**
- 2. A desintegração regional;**
- 3. O desenvolvimento de novas formas de relações sociais.**

As formas de relacionamento entre Roma e a periferia germânica ampliaram o processo de estratificação e centralização já existente na estrutura social dos germanos.

- Essas transformações implicaram, para a sociedade germânica:
 1. Crescimento demográfico;
 2. Expansão de assentamentos;
 3. Aumento da demanda de produção excedente para o abastecimento da população;
 4. Pagamento de tributos.

1. No cenário mundial, o império romano do Ocidente sofreu um processo de contração territorial, pois passou a ser desafiado por competidores. A integração regional se viu altamente comprometida pelos problemas militares e pela retração do comércio regional e inter-regional e, também, da produção artesanal, sobretudo na parte ocidental do império, mais atingida pelas invasões.

Durante o século IV e início do V, a região sul da Lusitânia mostrou vitalidade e prosperidade, tanto urbana como rural, comprovada pela construção de vilas e pela expansão do comércio da cerâmica africana em direção às regiões mediterrâneas, atingindo até Constantinopla.

As diferenças regionais confirmam o modelo centro/periferia, pois demonstram que o processo de desagregação do sistema imperial romano está relacionado às dificuldades do centro decisório em manter os métodos tradicionais de relações de exploração dos recursos materiais e humanos das áreas integradas e periféricas.

As característica fundamental da sociedade do Baixo Império foi a existência de uma elite dirigente constituída pelos altos funcionários civis e militares, possuidores de terras que se relacionavam com a grande massa da população por meio de práticas que reforçam os laços pessoais de dependência.

Nesse contexto, se insere a formação de uma nova aristocracia constituída pela:

1. Absorção de membros da ordem equestre;
2. Ascensão de decuriões ricos, influentes; e
3. Pelo recrutamento de bárbaros.

Também temos neste ponto o processo de desintegração da ordem dos decuriões. Isso marcou o enfraquecimento da organização municipal, já analisada com a base de apoio fundamental do sistema de domínio imperial.

Apesar dos diferentes grupos sociais no Baixo Império, a tendência foi a bipolarização social definida em termos de poder econômico e político-jurídico.

Mendes não vê o Baixo Império como um momento catastrófico, mas como um momento de um colapso de sociedade complexa.

De acordo com Hidalgo de la Veja (2005:271-285), “o maior erro do sistema imperial romano” foi confundir o poder mundial com a dominação mundial.

Esse mesmo erro é observado atualmente nos Estados Unidos, que igualmente como Roma, pode ser que tenha o poder mundial, mas não a dominação mundial.

Tanto ontem quanto hoje, os processos de globalização e/ou mundialização não impedem a existência de povos não-dominados, não inibi a permanência das identidades nem o aparecimento de novas formas de pertença, situação plenamente exemplificada pelo processo de desagregação do império do Ocidente.

MENDES, Norma Musco. Roma e o império: Estruturas de poder e colapso de um império antigo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo Pereira; MUNHOZ, Sidnei J. (coordenadores). Impérios na História. Ed. Elsevier. Rio de Janeiro, 2009.